



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

MUNICÍPIOS

ARACAJU, SÁBADO 2 A SEGUNDA-FEIRA 4 DE ABRIL DE 2016 | 3

Piso dos professores ainda não foi negociado

Mais de 50 prefeitos ainda não implantaram o reajuste. Salário passa de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.135,64

Omês de abril já começou, e até agora cinquenta e duas prefeituras sergipanas ainda não negociaram a implantação do reajuste do piso salarial dos professores para 2016. Este ano o Ministério da Educação (MEC) estabeleceu o reajuste em 11,36%. Desta forma o piso passa de R\$ 1.917,78 para R\$ 2.135,64.

A Lei Federal 11.738/2008 (Lei que estabelece do Piso) é clara ao determinar que o reajuste do piso salarial dos professores deve ser pago anualmente, sempre em janeiro, aos professores da rede pública de todo o Brasil, em todos os níveis e respeitando a carreira. Diante da falta de abertura do canal de negociação por parte das prefeituras, o Síntese fará, no próximo dia 7 de abril, o Encontro das Comissões de Negociação dos Municípios que não Reajustaram o Piso. O encontro acontece em Aracaju, no salão Espaço, na Rua Laranjeiras - 830.

O Encontro das comissões terá o objetivo de planejar e encaminhar ações de luta a fim de que os prefeitos negociem o pagamento do piso salarial dos professores. A diretora do departamento de assuntos de bases municipais do Síntese, professora Sandra Moraes, coloca que o sindicato compreende que as negociações devem ser feitas respeitando a autonomia constitucional de cada município e sua realidade. No entanto, o que se tem percebido por parte dos prefeitos é a falta de vontade política em assegurar o reajuste.

“Ao não cumprir com o reajuste do piso salarial dos professores os prefeitos e prefeitas estão fora da Lei. A lei do piso deixa expresso que o reajuste deve ser concedido em janeiro. O Síntese já provou que o discurso de crise reverberado por prefeitos e prefeitas é falso. Dinheiro tem, o problema está no inchaço das folhas da educação, nos contratos desnecessários, no excesso de cargos de comissão, na utilização de recursos da educação para outros fins e na omissão de receitas. O que está faltando não é dinheiro é vontade política”, analisa a dirigente do Síntese, Sandra Moraes.

As comissões de negociação nos municípios são formadas por representantes do Síntese em



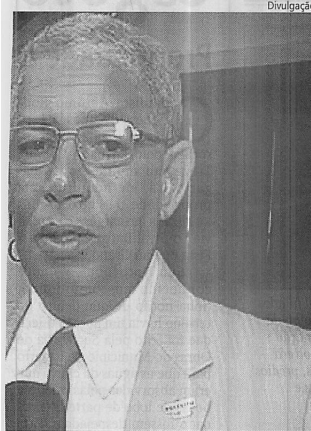
SÃO CRISTÓVÃO, comandada pelo prefeito Jorge Ed

cada cidade. Esta comissão participa de audiências com prefeito e secretários e é responsável por realizar estudos e, conjuntamente com a categoria, elaborar propostas para impasses entre a prefeitura e o magistério local.

Não pagaram o reajuste

Dos 52 municípios que ainda não negociaram o reajuste do piso salarial dos professores para 2016, dezenove não pagaram o reajuste em anos anteriores. Entre eles, Feira Nova, Porto da Folha, Carira, Malhador, Aquidabã, Canhoba, Japoatã, Neópolis, Lagarto, Pedrinhas, Riachão do Dantas, Salgado, São Cristóvão, Cristinápolis e Itabaianinha. As situações mais críticas são em São Cristóvão e Carira. Em São Cristóvão a prefeitura não concede reajuste do piso há cinco anos, ou seja, desde 2011. Já em Carira os professores não recebem o piso desde 2012.

No ano de 2015 o Síntese iniciou um trabalho para provar que o discurso de crise utilizado



Divulgação

urado, está entre os municípios com situação crítica

pelos prefeitos e prefeitas é falacioso e que os municípios têm sim recursos para assegurar salários em dia, reajuste do piso e demais direitos trabalhistas que vêm sendo negados aos professores das redes municipais.

Ao longo deste último ano, delegados sindicais e outras representações do Síntese se debruçaram sobre os Relatórios Fiscais de Execução Orçamentária das prefeituras sergipanas e realizaram estudos minuciosos destes Relatórios que são apresentados pelas prefeituras ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE). Os estudos feitos pelo sindicato mostram diversas inconsistências e irregularidades na prestação de contas de todas as prefeituras do estado. “Os prefeitos dos municípios sergipanos estão utilizando de um discurso de crise para atrasar e parcelar salários e não pagar o reajuste do piso. Não há crise, na realidade as prefeituras estão omitindo receitas

para aumentar o gasto com o pessoal. Ou seja, o que as prefeituras estão fazendo é uma fraude fiscal para poder manipular um discurso de crise e retirar direito dos trabalhadores”, aponta o diretor do Síntese, professor Roberto Silva.

Por meio de dossiês e documentos que comprovam as fraudes, Síntese denunciou a situação ao TCE e ao Ministério Público Estadual de Sergipe. As denúncias culminaram, em 2016, na proibição de eventos carnavalescos em 53 municípios sergipanos e na ampliação da Resolução 280/2013 proibindo que os municípios que devem salários a servidores realizem festas e gastos com publicidade em obras e programas governamentais.

Os estudos com base nos Relatórios Fiscais de Execução Orçamentária das prefeituras de Sergipe continuam sendo feitos pelo Síntese, assim como as denúncias de irregularidades aos órgãos competentes para que as fraudes sejam investigadas e as prefeituras cumpram com a Lei.

Entre os municípios que ainda não negociaram o reajuste do piso de 2016 estão: Canindé do São Francisco; Cumbé; Feira nova (deve também o piso de 2015); Gararu; Graccho Cardoso; Itabi; Monte Alegre de Sergipe; Nossa Senhora Aparecida; Campo do Brito; Carira (deve também o piso de 2012 a 2015); Macambira; Malhador (deve também o piso de 2015); Lagarto (deve também o piso de 2015); Pinhão; São Domingos; Santa Rosa de Lima; São Miguel do Aleixo; Canhoba (deve também o piso de 2015); Málhada dos Bois; Propriá; São Francisco; Brejo Grande; Ilha das Flores; Neópolis (deve também o piso de 2014 e 2015); Riachão do Dantas (deve também o piso de 2015); Salgado (deve também o piso de 2014 e 2015); Barra dos Coqueiros; São Cristóvão (deve também o piso de 2011 a 2015); Cristinápolis (deve também o piso de 2012); Itabaianinha (deve também o piso de 2012); Itaporanga d'Ajuda; Santa Luzia do Itanhê (deve também o piso de 2014); Umbatiba; General Maynard (deve também o piso de 2015); Muribeca e Siriri.

Fotos: Ascom/Sacorum

